

ECONOMIA & NEGÓCIOS

NEGÓCIOS 92% das franquias investem em inovação

www.atarde.com.br/economia

REGINA BOCHICCHIO

Após quase dois anos de negociações, a Marinha do Brasil aceitou proposta de cessão onerosa com permuta, feita pelo Governo do Estado, para que seja construído o novo Centro de Convenções da Bahia no terreno onde hoje está alocado o Grupamento de Fuzileiros Navais, no bairro do Comércio – o ‘sonho de consumo’ do governador Rui Costa (PT).

A informação foi confirmada para A TARDE pelo Comandante do 2º Distrito Naval, Almirante Almir Garnier Santos. Agora, está nas mãos da Superintendência de Patrimônio da União (SPU), e outros órgãos secundários, a liberação final do terreno para a empreitada.

O documento de aprovação foi assinado há pouco mais de um mês pelo comandante geral da Marinha do Brasil, Almirante-de-Esquadra Eduardo Baccaral Leal Ferreira. A cessão onerosa com permuta é um acordo de troca cujos termos foram exaustivamente negociados entre as partes: de um lado, o governo da Bahia se compromete a realizar benfeitorias e construção de um novo prédio e local de treinamento na Base Naval de Aratu, para onde os 450 fuzileiros navais serão relocados. Em troca, a Marinha desocupa o imóvel para liberar o terreno destinado ao CCB. Mas somente após conclusão da contrapartida do Estado.

A TARDE apurou com fontes do Executivo que o investimento do Estado com as benfeitorias e construção na Base Naval de Aratu estaria na faixa de R\$ 60 milhões a

PENDÊNCIA Está nas mãos de órgão federal a liberação final do terreno. Estado construirá nova sede para Fuzileiros para que Força Armada ceda o local

Marinha aceita liberar área para governo construir CCB

João Souza / Ag. A TARDE / 07.04.2017



Área no Comércio onde está instalada a sede dos Fuzileiros Navais seria o ‘plano A’ do Governo do Estado

R\$ 70 milhões, que seria o preço de mercado do terreno localizado no Comércio.

Trâmite

“A Marinha tem interesse que o País se desenvolva com a nossa ajuda, se necessário, e não quer travar o desenvolvimento de Salvador da Bahia, desde que sejam

resguardadas as nossas capacidades operativas. O Comando [da Marinha] aprova esses termos. Mas entre isso e a liberação tem uma série de etapas, não significa que está livre a partir de agora”, explica o Almirante Garnier.

O processo, agora, segue o trâmite legal e precisa do

aval de alguns órgãos de governo, entre os quais um dos mais importante é a SPU, já que o terreno pertence ao Estado brasileiro. Na prática, a aprovação está nas mãos do governo Michel Temer.

O secretário da Casa Civil, Bruno Dauster, afirmou para A TARDE que o governo tomou conhecimento do

aceite da Marinha e que estão todos “na expectativa de uma solução definitiva”. Perguntado sobre o impacto junto aos investidores que já apresentaram proposta para a construção do Centro de Convenções na área onde fica o Parque de Exposições (Paralela), no caso de o terreno ser definitivamente li-

berado, Dauster diz que “isso seria algo a ser visto caso seja de fato liberado”. Mas rejeita a ideia de que não haveria objeções.

Como não há prazo para a definição da SPU, o governo segue recebendo propostas para o CCB na Paralela. Mas torce por um cenário no qual seja possível o equipamento no Comércio: “Ninguém tem dúvida de que a área ideal para qualquer Centro de Convenções é a Cidade Baixa”.

A empresa Reag/World Trade Center tem interesse em investir no Centro de Convenções da Paralela. E o Consórcio Fonte Nova Participações (FNP) apresentou proposta para construir o CC na área da Arena.

Liberação

Entre fontes ouvidas pela reportagem, que pediram anonimato, há as que acreditam que o governo federal não deve causar impedimento no processo, uma vez que a questão mais grave, com a Marinha, já foi resolvida. Não haveria argumentos técnicos.

Já outra fonte avalia que o governo não tem adotado uma postura “republicana” em relação ao estado, que tem no comando um governador do PT. A fonte cita como exemplo o empréstimo de R\$ 600 milhões com o Banco do Brasil, que chegou a ser judicializado para ser liberado.

Fato é que o tema ‘Centro de Convenções’ tem alimentado uma disputa política envolvendo os principais adversários na Bahia, Rui Costa e o prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), que anunciou um CC do município. Os dois devem se enfrentar nas urnas em outubro.

NOVO REFIS

Empresas devem R\$ 1,18 bi ao programa

ERICK TEDESCO
A TARDE SP

Novo cálculo da Receita Federal referente às dívidas de empresas que aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), também conhecido como Novo Refis, aponta que R\$ 1,18 bilhão em tributos correntes é o total de débitos em aberto. Nos primeiros dias do ano, a RF divulgou em comunicado à imprensa que a dívida do Novo Refis era de 1,6 bilhão, mas de acordo com um levantamento mais recente do órgão, as empresas quitaram R\$ 424 milhões.

As empresas em débito com o fisco, informa a Receita Federal, já foram notificadas e que serão devidamente cobradas ainda neste primeiro mês de 2018. O pagamento, ressalta o órgão, é obrigatório para que o contribuinte não seja ex-

cluído do programa.

Pelo Novo Refis, estas empresas são cobradas por tributos vencidos a partir de maio de 2017, inscritos ou não na Dívida Ativa da União. Por lei, a exclusão do Pert é imediata pela inadimplência por três meses consecutivos ou seis meses alternados.

Ainda em dezembro, após o recálculo, a Receita Federal enviou o primeiro lote de cobrança via correio eletrônico a 405 empresas. Cada contribuinte que aderiu ao Pert recebeu um e-mail administrado pela Receita Federal que servirá para o envio de avisos com prova de recebimento, alerta o órgão. Segundo um comunicado à imprensa, o órgão explicou que a escolha das 405 empresas seguiu o critério de maior acúmulo de débitos em aberto.

A rigidez do governo quanto à permanência no



João Souza / Ag. A TARDE / 14.01.2018

Informações sobre o Novo Refis estão no site da Receita Federal

Novo Refis é uma norma estabelecida pela Lei 13.496, que instituiu o Pert a abranger dívidas vencidas até 30 de abril de 2017 e que permitiu a renegociação com perdão parcial nas multas e nos juros. “A Receita recomenda aos contribuintes que aderiram ao Pert acessar a página do órgão na internet para verificar o marco legal que introduziu o programa”, destaca o órgão na nota.

Como destaca a nota, a Receita realizará ao longo de janeiro a cobrança dos débitos vencidos após 30 de abril de 2017 dos demais optantes pelo Pert e também dará prosseguimento à cobrança e a eventual exclusão dos contribuintes já cobrados. “Como o prazo de adesão ao parcelamento acabou em 14/11 do ano passado, quem não cumpriu as obrigações tributárias pode perder direito à renegociação”, avisa a Receita Federal.

Empresas em débito com o fisco já foram notificadas e serão cobradas este mês

R\$ 424 milhões foi o montante quitado por empresas com a Receita Federal. Nos primeiros dias do ano, a RF divulgou que a dívida do Novo Refis era de R\$ 1,6 bilhão

A rigidez do governo quanto à permanência no Novo Refis é norma da Lei nº 13.496

CURTAS

CREA-Ba dá posse a novo presidente

A posse solene do novo presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (Crea-Ba), o engenheiro civil e professor Luis Edmundo Prado de Campos, acontece amanhã, na Reitoria da UFBA, a partir das 9h. Mesmo antes da posse oficial, Luis Edmundo tomou uma medida que está beneficiando profissionais. O público já está sendo atendido das 8h às 16h na sede do órgão, cujo horário anteriormente começava às 10h. “Entendemos que muitos profissio-

nais preferem resolver suas pendências com o Crea antes de ir a campo”, justifica o presidente.

Um dos projetos é o de profissionais desempregados com o apoio de entidades

Governo banca um terço da Caixa

Mais de um terço das receitas da Caixa tem origem no governo. Nos nove primeiros meses do ano passado, serviços para o único controlador do banco geraram 36,5% de todo o faturamento com serviços. A maior parte está relacionada às operações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. O presidente do banco, Gilberto Occhi, considera os números “uma vantagem” e quer renegociar contratos para tentar aumentar os valores recebidos do setor público. A

R\$ 25,2 bilhões foi o faturamento da Caixa Econômica Federal de janeiro a setembro de 2017. O governo é o mais importante cliente para a instituição financeira

Fiat investe em exoesqueletos

Prestes a completar 42 anos, a fábrica da Fiat em Betim (MG) avança na corrida para se enquadrar no conceito da indústria 4.0. Entre vários processos adotados, introduziu na linha de montagem exoesqueletos que, acoplados ao corpo do funcionário reduzem o desgaste físico e ajudam a melhorar a produtividade. Inédita na América Latina, a solução foi introduzida no fim de 2017. Quem exerce funções que podem prejudicar músculos das pernas, braços, ombros e co-

luna usa a vestimenta robótica que absorve peso e esforço, reduzindo o cansaço do operário.

A tecnologia também é utilizada pela Nissan no Japão e a Audi na Alemanha